

Olhares sobre as dificuldades da extensão universitária em atuar nas instituições de terceiro setor da cidade de São João del-Rei com perspectiva de empoderamento.

Maria L. D. A. Barbosa¹, Benedito A. M. de Oliveira²

¹ Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ – São João del-Rei – MG – maludab@yahoo.com.br

² Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ – São João del-Rei – MG - otideneb@ufsj.edu.br

Resumo

Este artigo propõe ajudar no debate sobre a extensão universitária e apresentar dados, coletados em pesquisa científica, que possam contribuir para reestruturar as práticas de programas de extensão, em especial as do PROCAD - Programa Cidadão do Curso de Administração da UFSJ. Com base nos conceitos de Terceiro Setor e Empoderamento, serão evidenciadas as dificuldades que esse Setor encontra no processo de empoderamento dos grupos com os quais atua, e como a extensão universitária tem condição de catalisar esse processo, considerando que este empoderamento é fundamental para a construção de uma sociedade mais solidária. A partir dessa discussão, pontuaremos problemas tanto nas práticas das instituições como também nas da extensão, para posteriormente apresentar algumas alternativas que visam o aperfeiçoamento das ações nas mesmas. Serão considerados argumentos presentes na literatura consultada, como também, os resultados do trabalho de campo realizado na pesquisa de iniciação científica, “Desafios na construção de um terceiro setor de contraposição: olhares sobre as formas de gestão e inserção social das entidades filantrópicas de São João del-Rei”, com base nos dados colhidos nas entrevistas, análises documentais e observações de instituições que o PROCAD atua.

Palavras-chave: Terceiro Setor; Empoderamento; Extensão Universitária.

1 Introdução

A importância e o papel da extensão universitária no desenvolvimento da sociedade seja no âmbito econômico, social, político, ecológico ou cultural, vem sendo alvo de inúmeras discussões e debates no meio acadêmico e social nos últimos anos.

Esse artigo visa discutir as práticas de extensão universitária, a partir de olhares para as realizadas em algumas instituições que compõem o terceiro setor na cidade de São João del-Rei, pelo Programa Cidadão do Curso de Administração – PROCAD da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. Esse programa propõe a integração dos estudantes de diferentes cursos da UFSJ com a comunidade externa através da assistência às organizações de terceiro setor do município. É conveniente ressaltar que o PROCAD está em atividade a quase uma década e, apoiado pela UFSJ e alguns parceiros da iniciativa privada, está assentado em ações que envolvem realização de eventos, coletas de doativos, realização de campanhas, além, evidentemente, das ações investigativas e de apoios administrativos e às ações cotidianas de cada uma das entidades por ele assistido. Isto o configura como um programa social, no qual as ações são exclusivamente extensionistas e voluntárias.

Para tal, faz-se necessária uma breve revisão de literatura para apresentar uma conceituação sobre terceiro setor, pois é onde as ações extensionistas do programa acontecem; em seguida, apresenta-se uma definição de empoderamento, pois é a partir desse conceito que entenderemos melhor onde se encontra a dificuldade da prática de extensão em contribuir para

a construção de uma sociedade mais solidária. Será feito, também, um breve histórico sobre o PROCAD, para melhor entendermos seus objetivos e práticas. Posteriormente, serão apresentadas as problemáticas observadas no trabalho de campo, onde foram feitas visitas, entrevistas, análises documentais e observações em onze organizações onde o PROCAD atua. Em seguida, vamos explicitar algumas alternativas que visam o aperfeiçoamento das ações de extensão e das práticas realizadas por essas organizações, com base em argumentos presentes na literatura consultada e da pesquisa de campo. É necessário enfatizar que os dados apresentados neste artigo são parte de resultados da pesquisa de iniciação científica intitulada “Desafios na construção de um terceiro setor de contraposição: olhares sobre as formas de gestão e inserção social das entidades filantrópicas de São João del-Rei” financiada pelo PIBIC/CNPQ/UFSJ com término em julho de 2010.

2 Aspectos conceituais

2.1 Terceiro Setor

O termo terceiro setor é recente tanto no Brasil como no resto do mundo. Começou a ser utilizado na década de 1970 pelos pesquisadores americanos e identifica as atividades de tais organizações que não estão inseridas nem no primeiro e nem no segundo setor.

O primeiro setor é representado pelo estado que deve ser responsável pelas questões sociais e públicas. O segundo setor é representado pelas empresas que são responsáveis por questões individuais e privadas, tendo como objetivo primordial o lucro. O terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais que têm como objetivo gerar serviços de caráter privado, porém, público. Segundo Fernandes (1994, p.11), o terceiro setor é formado por

[...] iniciativas privadas que não visam o lucro; iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado. Nem empresa, nem governo, mas sim cidadãos participando, de modo espontâneo e voluntário, em um sem-número de ações que visam ao interesse comum.

Integrante dessa corrente, Hudson (1999, p.7), complementa que

[...] este setor consiste em organizações cujos objetivos principais são sociais, em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias.

Complementando a discussão sobre a definição de terceiro setor que, por si só, é uma instituição de difícil definição, Cabral (2007, p.11) apresenta-o como

[...] um campo intermediário que se relaciona com o Estado, o mercado e a comunidade, para o provimento de bens comuns de proteção. As organizações que o compõem estruturam-se em torno da declaração de uma missão para sua intervenção social e nelas coexistem diversas racionalidades, discursos e recursos provenientes da relação com o Estado, o mercado e a comunidade.

Nessa direção, Santos (2006, p.349-350) conclui que

Terceiro setor é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais [...]. As designações vernáculas do terceiro setor variam de país para país e as variações, longe de serem meramente terminológicas, refletem histórias e tradições diferentes culturas e contextos políticos.

Entre tais organizações podem citar-se cooperativas, associações mutualistas, associações não

lucrativas, organizações não governamentais, organizações quase-não governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base, etc. (Santos, 2006).

As entidades de terceiro setor ganharam força no Brasil a partir da década de 1990 no processo de redemocratização do país. Teixeira (2002, p. 139), explica que

Com o processo de democratização, abriu-se a possibilidade de um maior diálogo do Estado com as organizações da sociedade civil, obrigando-as a não apenas criticar as orientações políticas dos governos, como também a se envolver na elaboração de políticas públicas. Por outro lado, o aparelho estatal, enclausurado na tecnoburocracia, se viu obrigado a justificar suas ações e abrir canais para incorporar cada vez mais demandas sociais.

Um Estado que visasse à gestão pública no combate à pobreza, educação e inserção social de forma a suprir as necessidades sociais e coletivas, estava em foco. Mas, nesse mesmo momento, o Estado começou a desobrigar-se com as ações sociais. Teixeira (2002, p.139), esclarece esse posicionamento, assim

[...] governos, tanto no nível federal como Estadual e Municipal, em várias instâncias, se desresponsabilizaram da elaboração de políticas públicas mais universais, com as justificativas de que o país não possuía recursos para atender à totalidade da população e as organizações civis são mais capazes de atender, gastando menos e com mais eficiência, aos anseios dos grupos menos favorecidos.

Dentro dessa perspectiva, de “estado mínimo”, as ONGs (organizações não-governamentais) começaram a preencher as lacunas da gestão pública deixadas pelo o Estado, passando a exercer grande importância para a sociedade por possuir valores e missões voltadas para o desenvolvimento econômico, social e político.

Com base em tais autores, verifica-se que o terceiro setor surgiu como opção para a realização de atividades sociais que por ineficiência do Estado não estavam sendo realizadas. Ao mesmo tempo, não eram realizadas pelo setor privado/empresarial por não constituírem objetivos deste. Uma das fortes críticas sobre o terceiro setor é quais são os limites para realização das atividades que os demais setores não realizam, ou seja, qual o verdadeiro espaço do terceiro setor e seu papel na sociedade.

O terceiro setor que não reproduz as práticas organizacionais do segundo setor, não assume as atividades de responsabilidade do Estado e, assim, não o anula e sim o acompanha, realiza “práticas de contraposição”. Esse setor não deve seguir os rumos do Estado nem do mercado porque, na conjuntura atual, as políticas desses setores não se interessam em empoderar as classes mais necessitadas.

2.2 Conceituação de Empoderamento

O Brasil é um dos países com maior desigualdade econômica do mundo, fazendo-se necessária a promoção do empoderamento das camadas sociais mais pobres. O significado de empoderamento não é apresentado como um consenso para diversos leitores, Gohn (2004, p. 4) explica que

o significado da categoria "empowerment" ou empoderamento como tem sido traduzida no Brasil, não tem um caráter universal. Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais.

A partir dessa afirmação pode-se perceber a complexidade do trabalho na busca pelo processo de empoderamento. É necessário reconhecer que o empoderamento em si não é algo que se pode fazer por outra pessoa ou organização, elas empoderam a si mesmas. Ações de diferentes organizações ou do Estado, entretanto, podem ser fontes para dinamizar o processo, criando um ambiente favorável à mudança (Romano, 2002).

Para ocorrer o processo de empoderamento é necessário que ocorra a transferência de poder, chegando ao ponto-chave para entender porque o processo é lento e difícil. O sistema econômico capitalista alimenta o acúmulo e essa premissa do capitalismo dificulta a crença de que a transferência pode gerar benefícios. Iorio (2002, p. 25), a partir de uma discussão sobre a reforma agrária, apresenta um exemplo com outras possibilidades:

O acesso a terra por um grupo sem-terra pode produzir ganhadores e perdedores, dependendo de quem ganha e de quem “perde a terra”. Mas se o detentor da terra teve um preço justo (segundo o mercado), seria possível considerar que os dois lados “ganharam”. Mas também a redistribuição da terra pode levar, por exemplo, a aumentos na produtividade e na oferta de produtos agrícolas ou ainda ao aumento de divisas de um país e à melhoria de economia local. Neste nível, pode-se considerar que houve um benefício para o governo, independente do ganho (ou perda) político que um processo de reforma agrária possa significar. A sociedade como um todo também pode vir a ser beneficiada com o aumento na produção agrícola e pela melhora nos níveis de segurança alimentar. [Grifos do autor].

Dessa maneira, o processo de empoderamento das camadas sociais menos favorecidas economicamente depende do ambiente que o Estado e que o mercado promovem. Dessa forma, Romano (2002, p. 12) sintetiza que

através do empoderamento se busca conscientemente quebrar, eliminar as relações de dominação que sustentam a pobreza e a tirania, ambas fontes de privações das liberdades substantivas. Com o empoderamento se preocupa combater a ordem naturalizada ou institucionalizada dessa dominação (seja ela pessoal, grupal, nacional, internacional; seja ela econômica política cultural ou social) para construir relações e ordens mais justas e equitativas. O empoderamento implica em tomar partido (ou relembrando a antiga palavra de ordem: “compromisso”) pelos pobres e oprimidos em estar preparando para lidar quase todo o tempo com conflitos.

Os movimentos sociais e as instituições sem fins lucrativos têm papel catalisador no processo de empoderar. As ONGs têm trabalhos de intervenção muito próxima aos grupos, geralmente são ações que começam pequenas e permanecem pequenas, e dessa forma atinge profundamente e especificamente as dificuldades do grupo. Os movimentos sociais conseguem identificar as necessidades locais, vão direto à origem dos problemas e trabalham para melhorá-los (IORIO, 2002). Isso se justifica porque conseguem resultados mais rápidos e permanentes, a popularização de tecnologia depende desse contato direto. Mas, não falamos de transferência de responsabilidades públicas para os órgãos de apoio.

Portanto, as organizações do terceiro setor são fundamentais no processo de empoderamento, suas práticas de contraposição podem determinar como o grupo por ela apoiado vai empoderar-se, sendo consequência da visão, aspiração e prioridades que as ONGs e os movimentos sociais colocam. Para o sucesso, é preciso foco no problema social enfrentado pelo grupo apoiado, acompanhar a realidade e as limitações coletivas, para se conseguir atingir o indivíduo. Não estamos pontuando que seja uma política simples para as organizações, pelo contrário, é um trabalho muito difícil e longo, mas fundamental para que haja alguma mudança social.

A extensão universitária, a partir desses argumentos, pode ser reconhecida como instrumento de grande importância, pois suas ações vão contribuir para que as organizações do terceiro setor sedimentem práticas de contraposição e trabalhe pelo empoderamento do grupo com o

qual trabalha. Isso se concretiza quando a universidade aproxima das instituições da sociedade e fomenta o discurso político de cidadania, ou seja, contribui para a formação do pensamento crítico.

O figura abaixo vai elucidar melhor o papel e o relacionamento da extensão universitária, do terceiro setor e da sociedade para que alcancemos o empoderamento, veja:

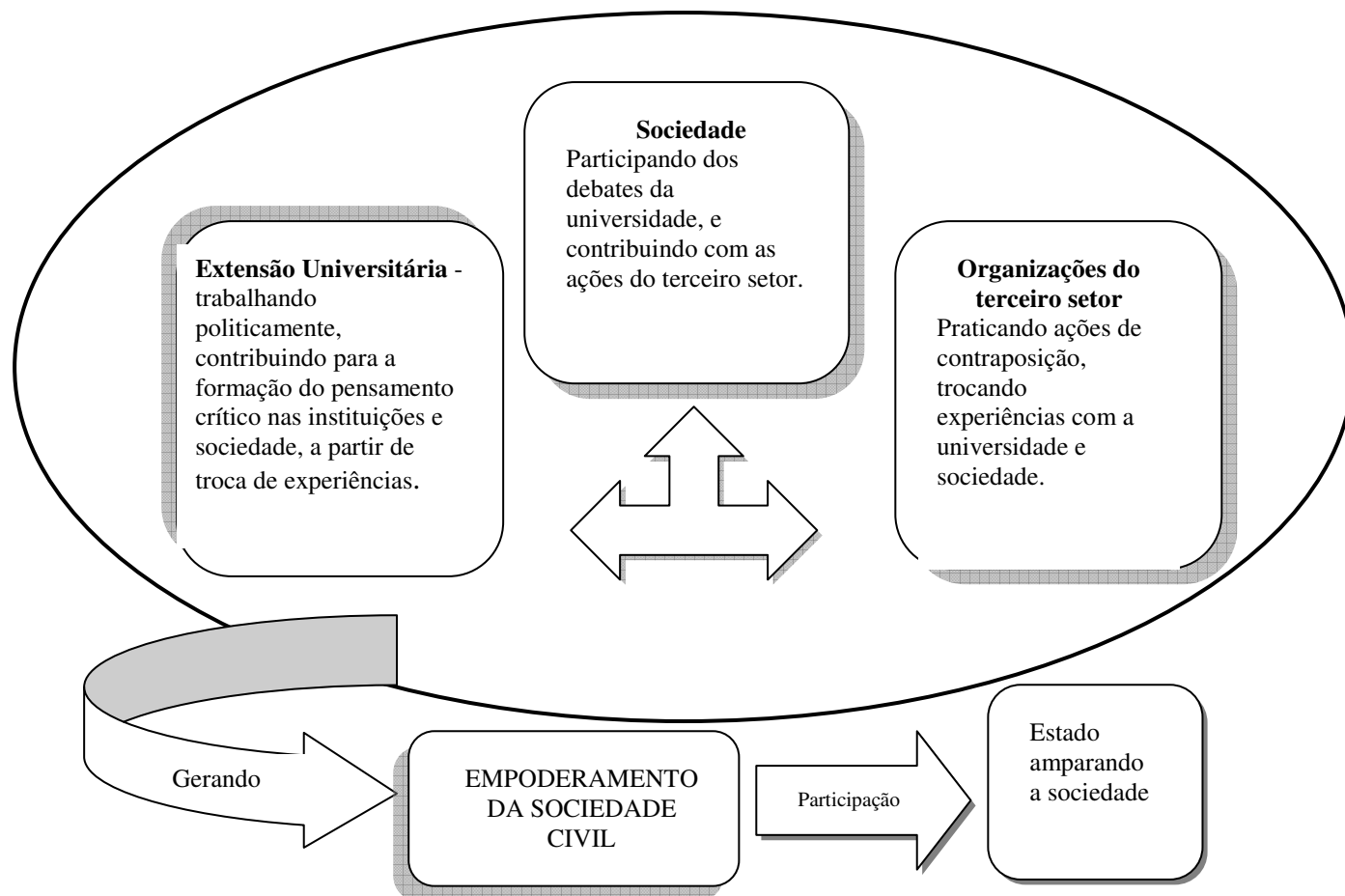


Figura 1 - Criada a partir do referencial teórico utilizado na pesquisa.

Como podemos analisar é um processo contínuo de troca entre todas as partes, exemplo: a universidade só vai contribuir para o empoderamento se as instituições e a sociedade permitir e se ela mesma, a universidade, aceitar o que ambas têm o a oferecer. Entretanto, estamos falando de uma troca discutida e trabalhada politicamente, não de imposições ou consentimentos, são as dificuldades dessa troca que pontuaremos mais a frente.

3 Conhecendo o PROCAD

Após a realização do 1º Trote Legal proporcionado pelo Centro Acadêmico do Curso de Administração da Universidade Federal de São del-Rei, que teve como objetivo a integração dos calouros com a comunidade, observou-se que boa parte das instituições carentes de São João del-Rei se sentiam isoladas em relação a programas que as beneficiassem. Além disso, notou-se que boa parte dos universitários transparecia uma vontade em participar de projetos que demandassem ações voluntárias. Mas, faltava iniciativa de se criar programa que organizassem e administrassem projetos entre com essas características em entidades de terceiro setor de São João del-Rei. A gestão 2005 do Centro Acadêmico de Administração

elaborou e implantou, no segundo semestre do ano de 2005, o PROCAD – Programa Cidadão do Curso de Administração. Posteriormente, o PROCAD foi registrado como um programa de extensão universitária no DECAC (Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis) da UFSJ.

O Programa, que inicialmente atendia a quatro entidades da cidade de São João del-Rei, atualmente atende a dez entidades que são beneficiadas diretamente com projetos de caráter administrativo e social, essas são: Albergue Santo Antônio, Casa Assistencial Semente do Amanhã – CASA, Grupo HI-VITA, Creche Menino Jesus de Praga, Sociedade de Auxílio a Criança Enferma – SACE, Creche Santa Clara, Creche Celina Viegas, Associação de Parentes e Amigos de Dependentes Químicos – APADEQ, Centro Infantil Risoleta Neves e Lar de Idosos – Abrigo Tiradentes. O projeto também ajuda algumas entidades com doação de agasalhos, alimentos e brinquedos, algumas delas são: Sociedade São Vicente de Paulo, Sopa Vovô Faleiro, Casa São Padre Pio, APAE – SJDR, Conferência Sr. Bom Jesus do Bonfim entre outras. Essas entidades em sua grande maioria atuam na cidade de São João del-Rei.

Como resultado das ações administrativas pode-se citar: à formalização gráfica da Estrutura Organizacional e re-elaboração do regimento interno do Albergue Santo Antônio, organização de arquivos e documentos da SACE (Sociedade de Assistência à Criança Enferma) e o auxílio no cadastramento de idosos do Lar Solidário. Os projetos sociais são caracterizados por tentar resgatar a cultura como o Projeto Folclore Brasileiro, desenvolvido na SACE; por promover o aprendizado, com o Projeto Brincando de Estudar, e propiciar a conscientização ambiental, como Projeto SOS Terra, ambos desenvolvidos na CASA (Casa Assistencial Semente do Amanhã).

4 Problemas enfrentados pelas organizações e pela extensão universitária

A partir das vistas, análises documentais e entrevistas a onze instituições de São João del-Rei, encontramos instituições que possuem uma gestão compatível a das organizações do segundo setor, ou seja, uma administração tradicional, hierárquica e autoritária. Encontramos instituições com ineficiência das práticas gerenciais, dificuldade em trabalhar nos pilares de uma gestão participativa, precária contabilidade dos recursos financeiros, carência e algumas vezes ausência de profissionais e voluntários para realizar as atividades, péssimas condições dos espaços físicos (sede, sala, escritório entre outros) e a inexistência de material (móvel, material de escritório e aparelhos tecnológicos). Foram encontradas organizações que se aliam ao órgão financiador para não perder o recurso financeiro, instituições que estão à beira de encerrar suas atividades por falta de políticas e incentivos estatais. Também observamos um considerável número de instituições que recebem grande interferência de instituições religiosas, que sedimentam as ações de filantropia, e assim, as distanciam da prática de empoderamento e contraposição.

Outro problema é que as organizações possuem poucos vínculos entre elas, exemplo: uma creche poucas vezes entra em contato com outra, e quando isso acontece é para tratar de assuntos cotidianos, como: alimentos (escassez ou fartura, para fazerem troca) e festas comemorativas (dia das crianças e dias das mães, para fazerem algo parecido ou em conjunto). Todos os gestores, entrevistados, reclamaram da falta de incentivos públicos, principalmente municipais. Entretanto, não se articulam individualmente, muito menos, com outras instituições, para traçar estratégias para conseguir-los. Reclamaram da frágil legislação que ampara a instituição que administra apesar de poucos gestores conhecerem as instituições que compõem o terceiro setor e menos ainda a lei das OCIPS. A grande maioria das instituições tem gestores sem conhecimento político para fazer as alianças com outras instituições e governo, e dessa forma, as ações da organização de minimiza as práticas

cotidianas e pedagógicas que não geram mudanças em longo prazo, são práticas “alopáticas”.

Acompanhando as onze instituições que o PROCAD atualmente atua, vimos também que suas ações do programa, na maioria das vezes, fortalecem a carência política e articulativa das instituições. O programa apesar de ter um ideal de fortalecer as ações de contraposição das organizações vem contribuindo mais em ações cotidianas pedagógicas (exemplos: contar histórias e estudo do folclore) e técnicas (exemplos: confecção de regimento interno e organização de arquivos). Essas ações foram elogiadas e destacadas pelos gestores em todas as entrevistas realizadas, consideram ser muito importante para a instituição, destacaram também, o comprometimento e assiduidade dos voluntários e dos coordenadores do programa. Dessa forma, não estamos dizendo que o programa é nulo, e sim, que falho. Pois, como tens ideal de contraposição, a realização de ações cotidianas e técnicas não somente irá contribuir para empoderamento.

Os voluntários, em sua grande maioria, não participam, nem muito menos, realizam reuniões com a diretoria das instituições, e dessa maneira, não se discute o modelo de gestão, as estratégias políticas de atuação e as parcerias público/privadas que a instituição tem ou almeja. No desenvolvimento da pesquisa tentamos encontrar possíveis respostas para essa postura, as mais cabíveis foram elas: a falta de conhecimento dos voluntários e coordenadores do programa e a cultura da organização em não aceitar interferências em assuntos internos de voluntários. Com isso, questões pontuais para o desenvolvimento da organização, como a construção de uma gestão participativa ou a formação de um gestor mais crítico, que o programa deveria ajudar a construir não acontece. Não deixando de observar que é um trabalho bilateral (universidade x instituição), e sendo assim não colocando a problemática em responsabilidades apenas da extensão universitária, mas, chamando a atenção para a universidade que se sustenta na formação do pensamento crítico, e sendo assim, o programa não pode deixar de levantar o debate de participação e empoderamento nas instituições. Pontuando ainda mais o problemática da extensão, quando ela deixa de debater e começa supri as atividades cotidianas e técnicas que a instituição tem carência, não só anula a capacidade da extensão universitária de transformação social, como também, fortalece a idéia de estado mínimo e a exploração da iniciativa privada, alimentando então, uma prática de filantropia.

5 Possíveis alternativas para dinamizar o processo de empoderamento

Na pesquisa apesar de termos encontrado organizações com caráter mais filantrópico, também conhecemos organizações que adotam práticas mais participativas de gestão, porém, não estamos falando de autogestão. Realizam reuniões semanais, abertas para todos os colaboradores, e o mais significativo é que realizam reuniões no mínimo mensais com a comunidade ou o grupo com o qual atua. Dessa proximidade com a sociedade percebemos que a instituição adquire um caráter público que é o que vai garantir a permanência de suas ações. Essas organizações tentam trabalhar indiferente o problema financeiro, por exemplo, através do telemarketing, de campanhas publicitárias e/ou de projetos escritos ao pode público, arrecadam o seu principal recursos financeiro, sendo este o que sustenta sua estrutura. Oliveira (1996, p. 112) elucida que

pode-se verificar a extrema capacidade que as pessoas associadas à cooperativa têm de reverter situações adversas como a falta de recursos, por exemplo. Mas, sobretudo, constatou-se a forma como as tarefas são exatamente e carinhosamente desenvolvidas por essas pessoas, que estão sempre dispostas a aceitar a definição que venha do conjunto.

Contudo, o que difere realmente essas instituições das demais estudadas é que ambas corre

atrás de informação, tem parcerias e contato direto com outras instituições do setor, disseminam o conhecimento, e apresentou uma grande disposição à mudança. Falamos de duas instituições da cidade de São João del-Rei, que tem mais de 10 anos de atuação, e durante esses anos tenta dialogar com a sociedade e com os demais setores, de forma ética e aberta. Essas instituições apóiam grupos que sofrem de muito preconceito, sejam eles, dependentes químicos e pessoas com doenças sexualmente transmissíveis, e fazem um trabalho que merece ser acompanhado. Entretanto, não expomos essas instituições como organizações modelos de terceiro setor de contraposição, queremos evidenciar, que existe instituições que adotam práticas diferentes, mesmo que nem muito menor número, e vem trabalhando pelo empoderamento do grupo pelo qual trabalha.

As organizações que adotam práticas filantrópicas e copiam as formas de gestão do segundo setor podem ser orientadas por outras instituições do setor que de alguma forma já evolui em aspectos gerenciais, como as citadas acima. Mas, acreditando que esse seja o caminho mais longo, defendemos que é a universidade que possui as melhores condições para fazer esse trabalho político, através de pesquisa e extensão. A pesquisa se sustenta na coleta de dados e nas observações feitas em determinados períodos, que após a análise vai se transformar em informações. Essas serão preciosas, quando esse trabalho realizou não apenas o aprofundamento bibliográfico, mas também, a observação da sociedade, dos grupos, do indivíduo, das instituições, ou seja, acompanhamento do objeto de pesquisa, sem intervenção.

A extensão é processo de troca, de aprendizagem plurilaterais, é o momento em que professores, técnicos e principalmente alunos (que geralmente são os agentes) vão até a comunidade para não somente testar suas teorias acadêmicas, mas vão ao indivíduo, aos grupos, ao Estado e a organizações para debater criticamente assuntos de relevância social, e dessa ação de troca, nasce o conhecimento e dele os desafios, que é o que faz gerar a “corrente” da extensão universitária.

A extensão dessa forma, longe de ser uma ação utópica, deve ser vista como um processo lento e desafiador. Para construirmos esse processo, é necessário existir o diálogo dentro da universidade (direção, professor orientador, técnicos e alunos) para posteriormente almejarmos o diálogo com a sociedade. Quando existe esse diálogo interno, ou seja, os agentes que vão para a sociedade sabem escutar e propor, será primeiro passo para se conquistar um diálogo com o grupo, e ainda não estamos falando de diálogo aberto, pois esse é fruto de uma confiança que só o tempo poderá trazer.

Focando no PROCAD, a partir das problemáticas citada acima, vamos fazer algumas considerações. Um dos já expostos, é que o programa possui voluntários desqualificados, uma proposta seria a capacitação desses alunos antes dele iniciar qualquer atividade na comunidade, como exemplo, podemos sugerir a participação em um curso ou a criação de um grupo de estudo contínuo sobre terceiro setor. Uma revisão bibliográfica, também seria uma boa proposta tanto para os voluntários com para os coordenadores do programa, pois quando dizemos que para o programa atingir ações de contraposição ele deve dialogar mais com a instituição, os voluntários e coordenadores não têm condições de fazer isso a partir do senso comum e de argumentos tácitos. Outra proposta para sedimentar as ações políticas do programa seria pedir para as instituições relatórios das atividades desenvolvidas pelos voluntários, e também relatórios dos voluntários quanto à organização, para posteriormente compará-los e diagnosticar pontos fortes e fracos. O programa poderia, também, pedir um relatório final para ser anexado aos arquivos do projeto, que constasse as atividades desenvolvidas pelos voluntários durante o período determinado, como também dos coordenadores de áreas do programa. Além de incentivar seus voluntários e coordenadores a escrever artigos, para incentivar o caráter de pesquisa do projeto.

Com todas essas propostas estamos querendo pontuar que os voluntários e coordenadores do PROCAD devem ser mais cobrados e bem informados sobre o assunto que se trata o programa, justamente para contar com voluntários que acreditam no trabalho daquela extensão universitária. Após essa conquista, o programa vai ter condição básica de iniciar o fomento do discurso crítico e o caráter de contraposição nas instituições, e, além disso, tentar fazer elos entre os demais setores com a instituição. Enquanto a mesma vai desenvolver ações que vão enriquecer o programa de extensão e ao mesmo tempo contribuir para a construção de uma sociedade mais solidária.

6 Conclusões

As práticas de extensão são um grande dilema para as universidades, pois configura-se na capacidade que o órgão tem em articular suas teorias com a prática de forma democrática. O sucesso de um projeto de extensão passa pelo erro, mas não é por isso que pode ser feito sem comprometimento, pois se trabalha com grupos que muitas vezes já estão muito desgastados com relações sociais. Dessa forma, a atividade de extensão apesar de ser muito complexa é também desafiadora, e é o que deveria instigar as universidades a desenvolver, além do seu compromisso com a sociedade, considerando as universidades públicas.

A partir das entrevistas, análise dos documentos e observações de onze instituições que compõem o terceiro setor da cidade de São João del-Rei, vimos que estamos muito longe de termos organizações que empodere o grupo com o qual atua, em sua grande maioria, pois como foi dito encontramos instituições que estão traçando um caminho mais próximo das de contraposição. Em caráter predominante, as instituições estudadas seguem valores filantrópicos; possuem gestões pouco participativas; contam com gestores mal informados e preparados; nas instituições faltam incentivos públicos e faz-se pouco para mudar essa situação; não há relação ou articulação política dentro das organizações, muito menos externamente.

A pesquisa de campo também mostrou que o PROCAD está realizando atividades técnicas e pedagógicas de grande importância para as instituições que analisamos, todos os gestores pontuaram a importância do programa na instituição e o comprometimento dos voluntários. O que enfatizamos sobre programa é que, se tem o objetivo de contribuir para a formação de instituições de contraposição que vão ter condições de empoderar o grupo com o qual trabalha, o programa pouco colabora. Isso se justifica pelo pouco contato que os voluntários ou coordenadores tem com a diretoria das instituições e suas tomadas de decisão, não participam nem levantam debates sobre as forma de gestão das organizações. Os voluntários realizam atividades que não interfere nas políticas e na formação de cidadã dos indivíduos que a entidade atente. Seja porque o projeto não conta com voluntários e coordenadores capacitados para esse debate políticos ou/e porque as instituições não aceitam interferência externa.

Considerando a importância e o desenvolvimento acarretado por uma boa prática de extensão universitária, defendida acima, sugerimos que projetos de extensão se voltem para seus núcleos e se capacite mais (de acordo com seu tema de trabalho), a partir de cursos ou grupos de estudos (forma mais participativa) e que seja contínuo e paralelo durante o projeto. Para primeiramente e internamente adquirir conhecimento e desenvolver argumentos para levar as instituições, sociedade e/ou Estado. E mais, que se volte para base (integrantes do projeto) para desenvolver a capacidade de escuta, pois, o conhecimento acadêmico não pode sufocar o conhecimento prático cotidiano das instituições. Ou seja, os projetos devem estudar estratégias para se aproximar da sociedade, porém de forma democrática.

Pontuamos essa proposta a partir da observação da gestão de onze instituições e das práticas do PROCAD nessas instituições, acreditamos que isso seja uma amostragem muito pequena para sugestão de ações em outras instituições e em outros projetos de extensão. Mas talvez seja válido para aqueles projetos de extensão que adotam práticas parecidas com a do PROCAD.

Portanto, a extensão é o ponto chave para o aprendizado real do estudante, professor e universidade, ela coloca em cheque as teorias, mas apesar disso, inspira para a construção de novas e mais sustentadas. Além desse desenvolvimento para a academia, a extensão universitária contribui diretamente para a sociedade em vários aspectos, nesse artigo pontuamos a questão do empoderamento, daqueles que são excluídos economicamente, socialmente e culturalmente pelo sistema. Essa população marginalizada é foco de trabalho de várias instituições sem fins lucrativos, que a partir de ações de contraposição vêm contribuindo para o empoderamento das mesmas. A partir dessa pesquisa tentamos encontrar um processo que possa dinamizar o empoderamento, reconhecendo a complexidade do processo, um dos caminhos poderia ser: unir a universidade, as organizações do terceiro setor e a sociedade. Ou seja, as ações de extensão participando das instituições sem fins lucrativos e dialogando com a sociedade; as instituições trocando conhecimento com a universidade e desenvolvendo ações de caráter social de contraposição; e a sociedade civil se empoderando, mas, ao mesmo tempo, cobrando do Estado, da universidade e participando das organizações de terceiro setor.

7 Referências Bibliográficas

- CABRAL, Eloísa Helena de Souza. *Terceiro Setor: Gestão e controle social*. São Paulo: Método, 2007.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais*. Saúde soc. v.13 n.2 São Paulo maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo> acessado em 15 de Fevereiro de 2010.
- HUDSON, Mike. *Administrando Organizações do Terceiro Setor: O desafio de administrar sem receita*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- IORIO, Cecília. *Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos*. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Org.). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. P. 21-44.
- OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. *Coprocol: um caso de contrapoder cooperativo?* / Benedito Anselmo Martins de Oliveira – 1996. 132p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.
- ROMANO, Jorge O. *Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza*. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Org.). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. P. 9-20.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* – São Paulo: Cortez, 2006.
- TEIXEIRA, Ana C. Chaves. *A Atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o Conjunto da Sociedade*. In: DAGNINO, Estelina (Org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e terra, 2002. P. 105-142.